



## "TEMOS DE FAZER O PROCESSO DE AUTOCRÍTICA"

JEFFERSON LEE

*Nosso Boletim Especial desse mês faz análise da conjuntura política-econômica-social dessa fase turbulenta do Brasil. Especialistas, convidados pela AASPTJ-SP, em diferentes oportunidades, analisaram o cenário no âmbito das políticas públicas. Nessa edição trazemos uma visão estrutural dos acontecimentos porque assim se coloca em evidência a lógica do processo histórico em que esses acontecimentos estão inseridos. É claro que toda previsão vem carregada de incertezas, mas acreditamos que uma previsão assentada em análise estrutural é mais confiável do que aquela que se fia apenas em informações desconectadas entre si.*



*Jefferson Lee de Souza Ruiz, assistente social, mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde março de 2015. Coordena, com a professora adjunta Paula Bonfim, o Núcleo de Pesquisa e Extensão "Ser social e dimensões do exercício profissional", na mesma Faculdade de Serviço Social da UERJ. Co-coordenador de Estágio e Extensão da mesma faculdade. Membro do Conselho de Representantes da Associação de Docentes da UERJ (ASDUERJ - 2015-2019).*



“ A minha proximidade com esse tema vem mais da militância social, do que do ponto de vista acadêmico, minhas pesquisas têm se incomodado com o debate com o que são os direitos, o que são os direitos humanos, inclusive os problemas que eu vejo no campo das esquerdas, no próprio marxismo, a filiação teórica da qual sou mais próximo. O que vou tentar dividir com vocês são questões de militância, não tem nenhuma certeza, porque a conjuntura mais recente está nos deixando com muito mais dúvidas do que certezas e também não tem, necessariamente, respostas, uma vez que estamos vivendo o hoje. Há alguns anos eu comecei a falar sobre esse tema num encontro nacional de

assistentes sociais. Lembro de um encontro em Cuiabá, em 2016. Então, a associação me convida para uma fala de conjuntura, e, revi o material para montar essas reflexões. E é incrível, para mim, não ter distinções de lá pra cá, a não ser a eleição do Bolsonaro, mas é um ano eleitoral, que não interrompe, na minha visão, a forma como a conjuntura vem se dando nos últimos anos. Então procurei montar minha fala aqui em três momentos, com alguns elementos internacionais, de médio e longo prazo; um segundo momento, o que encontramos no Brasil, de expressões desse processo, inclusive o que já está anunciado no governo, e um terceiro momento, que acho que está muito ausente nos debates

de conjuntura: o que nós temos feito nos últimos anos? Eu acho que não analisamos a conjuntura só fazendo a crítica aos neoliberais, ao capitalismo, a forma como ele está se estabelecendo, mas também como nós nos olhamos, para entendermos o todo. Eu tenho feito uma metáfora de um jogo de xadrez. Quando você vai entrar num jogo de tabuleiro, não adianta só observar os passos do inimigo, mas também analisar os seus passos, inclusive antevendo os seus próximos passos, para ter uma chance de vitória. E tem sido esse o elemento central nas minhas reflexões, porque acho que é momento de também fazermos processos autocríticos que são necessários para sairmos do momento que nos encontramos. Vejam, me



parece que a conjuntura brasileira faz parte de um processo maior, que tem sido muito polêmico também nas interpretações que as pessoas estão oferecendo à 'crise'. Temos ouvido há muitos anos a palavra crise, com diferentes entonações e diferentes significados. Tem alguns autores - e sempre me refiro à autores marxistas, pela minha maior proximidade - que vão dizer que essa crise não é recente, o que nós vivemos de 2008 para cá é o ápice do processo de desgaste do capitalismo, da forma da extração de riquezas, a mesma crise que começa na década de 70 que, aqui no Brasil, conhecemos como a crise do petróleo. À época, se tentou oferecer uma explicação nacional para um processo que era internacional, porque aqui tinha esse elemento mais preciso. Tem autores que arriscam dizer que dessa crise o capitalismo não sai, eles dizem, que é uma crise terminal do capitalismo, que ele não consegue sair dela da forma como nós conhecemos. Não dá para dizer o que vai substituir o capitalismo, se será algo melhor ou pior, eles já diziam isso antes da eleição do Trump, nos EUA, e do Bolsonaro, no Brasil. Pode-se dizer, então, que eles não estavam errados em suas análises, eles diziam isso na década passada. Um desses autores, o Immanuel Maurice Wallerstein, sociólogo, um marxista americano, ele vai analisar o capitalismo ao longo de vários séculos, ele vai perceber que temos um processo hoje no mundo de desruralização da sociedade. As sociedades cada vez menos se organizam no âmbito rural. Para nós, aqui no Brasil pode não parecer novidade, porque desde a década de 60, 70, com a modernização brasileira, já tínhamos uma maior parte da população brasileira vivendo



na esfera urbana, mas do ponto de vista mundial, isso só aconteceu há dois, três anos. Esse grande movimento só ocorre hoje nos países com grandes populações como a China e a Índia, portanto só agora, de três a cinco anos para cá, que a maior parte da população mundial habita as grandes cidades ou habita a área urbana, até então, mais da metade da população ainda vivia no campo. Por que Wallerstein diz que isso é um problema do capital? Porque veja, as grandes cidades vão se formando, instalam indústrias, que atraem milhares de trabalhadores, e isso exige que as cidades criem condições de vida para essas pessoas, serviços públicos, habitação, saneamento, transporte. Você cria uma nova vida nesse entorno e o que o Wallerstein vai chamar a atenção, quando você estuda um período mais longo do capital, de 25 em 25, de 30 em 30 anos de instalação do capitalismo em um determinado local, é que

o capitalismo só muda a base geográfica da exploração do trabalho, porque de 25 a 30 anos é exatamente o tempo que leva para os trabalhadores começarem a se organizar, quando você começa a ter sindicatos, associações, que questionam a forma de exploração. Nesse momento, as taxas de lucratividade tendem a se rebaixar, em função das lutas sociais e de classe que se estabelecem. Há um esgotamento geopolítico. Não dá para dizer se é agora ou daqui a 50 anos, mas do ponto de vista daquilo que foi a forma de exploração do capital, ela tem limites. Outro autor marxista, Istvan Meszaros, que vai fazer a mesma afirmação sobre a crise terminal do capitalismo, só que por outra esfera, ele vai dizer, o que é muito importante para nós e para vocês que atuam em



instituições como o Tribunal de Justiça. Ele diz que o que está em crise terminal é o processo de democracia, tal qual o capital apresentou para a sociedade mundial. É óbvio que a palavra Democracia não surge com o Capitalismo. É do século XVIII, sabemos que vem da antiga Grécia, com milênios de história. O debate em torno da democracia, no entanto, a ideia da igualdade entre as pessoas, é uma ideia muito recente do ponto de vista histórico, ela tem três séculos, isso do ponto de vista dos Direitos Humanos. Mesmo o acesso aos direitos na sociedade feudal, e mesmo na sociedade grega, quando eles inauguram os espaços de deliberação para as assembleias, não são todas as pessoas que têm direito ao voto. As mulheres, por exemplo, são alijadas de qualquer nível de participação política, até agora século XIX, início do século XX, internacionalmente. Na Grécia, escravos ou servos não têm vez na Ágora. A ideia da igualdade perante a lei, ela surge com a burguesia, de três, quatro séculos para cá e surge com interesses distintos daqueles que a gente chama de democracia. Igualdade para eles é igualdade perante a lei, observem o artigo 5º da nossa constituição e de várias constituições do mundo, perante a lei, por quê? Porque você tem a necessidade de apontar uma perspectiva, uma ilusão de que as pessoas que vendem a sua força de trabalho são iguais, têm as mesmas condições, estabelecidas por um contrato, por uma legislação, do que aquela que compra nossa força de trabalho. E você estabelece uma equivalência entre a forma mercadoria, que é a forma de extração de trabalho, e a forma jurídica, na forma da legislação, que tem interpretações distintas, mas essa igualdade, ele tem cada vez mais demonstrado seus



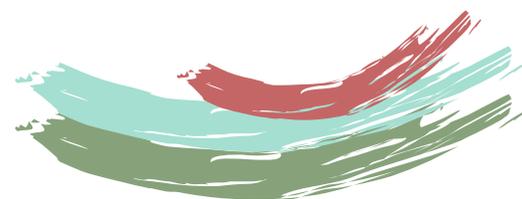
limites. Então, por exemplo, já entrando no debate brasileiro, o golpe de 2016, no governo Dilma Rousseff, foi aplicado dentro de uma sociedade democrática. É importante entender esse processo, porque aqui eu não arrisco minha mão, meu dedo, minha unha, de como vai ser o governo Bolsonaro, mas me parece que ele não tem, nesse momento, a exigência conjuntural, de botar os tanques na rua, como o Brasil viveu na década de 60, 70. Embora os governos possam apontar para esse sentido, ou as medidas possam apontar para o mesmo sentido. Vejam, é preciso observar que a democracia, tal qual a burguesia construiu, permite que expressões antidemocráticas, às vezes reacionárias, atuem, e busquem o recuo das conquistas históricas que a sociedade, em tese, já tinha superado. Permite que haja atualização para o momento contemporâneo. Algo da maior complexidade e gravidade. //

## "NOSSA TRAJETÓRIA É DE AVANÇOS. QUEREM RETROCEDER" DAYSE BERNARDI



Eu queria sinalizar a importância de estarmos juntos hoje pensando ações diante de uma conjuntura desafiadora e que faz parte de uma transformação perversa da nossa sociedade, colocando em risco muitas das lutas que nós tivemos enquanto trabalhadores da área social. Essa análise de conjuntura é para nos colocar diante do quadro desafiador, mas também para nos alimentarmos enquanto potência de ação e pensar que o fato de estarmos juntos, aqui, hoje, é porque temos o que fazer. Gostaria de dizer que para além do Movimento pela Proteção Integral da Criança e do Adolescente, eu represento aqui o Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em defesa do direito da convivência familiar e comunitária e o NECA que é uma associação de pesquisadores sobre crianças e adolescentes. Nessa representação, é interessante dizer, que os movimentos se compõem, nós estamos juntos, pensando que a criança e o adolescente no Brasil é sujeito de direito, de todos os direitos, mas que o direito à convivência familiar e comunitária é um direito específico, atravessado por todos os outros, mas que tem sido, simplesmente, reduzido à perspectiva da adoção. Então, o Movimento pela Proteção

Integral de Crianças e Adolescentes já vimos como surgiu, ele surge como uma resposta organizada, num projeto de lei que pretende tirar do Estatuto da Criança e Adolescente todas as medidas protetivas, reduzindo-as a adoção, pensada como política pública. O pressuposto que o projeto de Lei do Estatuto da Adoção, que todas as crianças acolhidas deveriam ser adotadas e pensando nisso, eu queria retomar de onde é que nós construímos as premissas que organizaram todas as modificações a partir de 1988, da nossa constituinte, fazer uma retrospectiva para revisitarmos aquilo que alimenta a nossa prática profissional, que foi de transformar essa criança e adolescente que estava categorizado como menor, num sujeito efetivo de direitos. Partimos da doutrina de proteção integral, que é a base da convenção da ONU, sobre os direitos das crianças de 1989, que vai entender as crianças e adolescentes, como sujeitos que gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e direitos especiais em função da idade. São direitos especiais, os de proteção integral, ou seja, são sujeitos de direito, são pessoas em condição peculiar e de desenvolvimento e têm prioridade absoluta.



*Dayse Cesar Franco Bernardi, psicóloga, Mestre em Psicologia Social (PUC/SP), especialista em Psicologia Jurídica (CFP) e em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (LACRI/USP/SP); Pesquisadora associada, membro do comitê gestor e do comitê de projetos e pesquisas do NECA. Coordenadora e docente do curso de especialização em Psicologia Jurídica do Instituto Sedes Sapientiae desde 1999 e do curso de expansão "A família no judiciário" no mesmo instituto. Psicóloga judiciária aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde exerceu a função de psicóloga-chefe e de assessora direta da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP, São Paulo até 2011.*





## Linha de tempo da história das práticas sociais no Brasil

Até o início do século XX- práticas assistencialistas, corretivas e repressoras

Até 1900  
Final do Império,  
início da República  
Santa Casa de  
Misericórdia  
Roda dos Expostos

1900-1930  
A República  
1927  
Código de Menores

1930-1945  
Estado Novo  
Programas assistencialistas  
1942-Serviço de  
Assistência ao Menor  
(SAM)

1964-1979  
Regime Militar  
Nova Constituição

Paradigma  
da situação irregular  
1979/Código de  
Menores e Fundação  
Nacional do Bem-Estar  
do Menor (FEBEM)

Esse é o tripé da doutrina de proteção integral. O fato de terem direitos significa que crianças e adolescentes são beneficiários de obrigações por parte de terceiros. Quem? Família, Sociedade e Estado. Os direitos estão classificados em quatro categorias na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O direito à sobrevivência, o direito ao pleno desenvolvimento, o direito a ser protegido a qualquer forma de violência e o direito a participar da vida familiar, social e cultural. Esses direitos estão organizados a partir de quatro princípios que são: a não discriminação, o endereço de toda a criança, o direito a sobrevivência e ao desenvolvimento e respeito à opinião da criança. Então o diálogo da Convenção Internacional e da nossa Constituição Federal (CF), se dá exatamente porque a Convenção adotou a doutrina de proteção integral e vai dizer que é dever do Estado garantir que a família tenha condições de proteger e cuidar dos seus filhos. Essa é a pedra angular do pensar 'criança não separada da sua família'. Constitui corresponsabilidade do Estado, da família e da Sociedade assegurar à criança e ao adolescente o exercício dos seus direitos fundamentais, como

determina o artigo 227 (CF), dentre os quais o direito à convivência familiar e comunitária. É dever do Estado assegurar a assistência à família e criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das instalações familiares. Filhos biológicos e adotivos, havidos ou não da relação do casamento, têm os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer ações discriminatórias relativas à adoção. Se retomarmos a Constituição, que tem como eixo a dignidade da pessoa humana, vamos entender porque o ECA vai operar aquilo que são os princípios constitucionais, a partir de todos os mecanismos de organização das políticas públicas de maneira articulada com a sociedade civil, e aí está a força do Estatuto. Se recuperarmos a linha histórica podemos perceber o quanto avançamos e quanto esse avanço não pode ser jogado na latrina. É importante que nós façamos uma passagem histórica rápida, vamos pensar que até 1900, no final do Império início da República, tínhamos crianças e adolescentes na Santa Casa de Misericórdia, nós tínhamos a Roda dos Expostos. As crianças eram

colocadas naquele cilindro de madeira, acolhidos a partir da igreja, das Santas Casas de Misericórdia e não havia nenhuma identificação de quem tinha deixado essa criança. Elas eram mantidas nessas instituições até os 18 anos sem nenhum tipo de preocupação do Estado em oferecer alguma condição de retornar à família. Na década de 80 temos a abertura política e a nova redemocratização, e a nossa grande luta do processo constituinte de 1987, com a constituição de 1988. Em 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, e, agora, o ECA em 1990, que vai garantir para toda a sociedade brasileira a proteção integral da criança e do adolescente. Essa é uma trajetória histórica necessária para mostrar um longo caminho de transformação, e que, agora, querem destruir para retornar ao status anterior. Retornar à doutrina da situação irregular, ou seja, recuperação de menores, tratamento moralizador e saneador e, cultura da institucionalização. Então, onde a doutrina de proteção integral vai mudar isso? Essa mudança de paradigma, historicamente delimitado, é o que nós estamos vivendo agora. É uma tentativa de retroceder à visão das crianças separadas por categoria. //



## "ESTAMOS VIVENDO UM RETROCESSO CIVILIZACIONAL"

IVAN VALENTE

Em termos de conjuntura, tem surgido muitas dúvidas sobre 'como chegamos a isso?' 'Como chegamos a Bolsonaro?'. Nós que já vivemos sob a Ditadura Militar, e eu vivi, preso por seis anos, passando por tudo, condenado, preso político, vivemos a ditadura. Então posso afirmar que o que vivemos hoje não é ditadura ou 'nova ditadura'. Estive em um debate interno do PSOL com a deputada federal Luiza Erundina, e falaram em 'nova ditadura'. Eu disse, espera aí, também ainda não. Vamos com calma. Você tem momentos históricos, a projeção histórica sobre a questão da Criança e do Adolescente, exposta aqui, nos mostra como os avanços vão se dando. Você teve a segunda guerra mundial, você teve o nazismo, e depois você teve a Carta das Nações Unidas que garantiu os Direitos Humanos e, hoje, ela vem sendo violada, no mundo todo, particularmente no Brasil. Mas você tem a Carta dos Direitos Humanos. Você tem as resoluções da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Foram questões que foram avançando, consolidando direitos, nem sempre respeitados, é verdade. Mas temos setores progressistas e democráticos. Eu penso que quando você sai de uma ditadura,

que o Bolsonaro nega, um regime de exceção que o Bolsonaro nega - ele diz que foi 'democracia, com um pouquinho de força' -, tínhamos um cenário de tortura, censura, cassação de mandato, fechamento do parlamento, tortura política de Estado, mesmo. No Brasil, o regime militar não tem um corte institucional, ele se alongou até 1985. Depois nós tivemos uma consolidação do que podemos chamar, limitadamente, de Estado Democrático de Direito, na Constituição Federal (CF) de 1988. Graças à luta contra a ditadura e também os avanços dos movimentos sociais, na década de 80, acabamos por consolidar direitos na CF. De lá para cá, as elites econômicas, reacionários do nosso país, tiveram de engolir muita coisa da CF, mas sempre com a intenção de ir retirando direitos, ao longo do tempo. É preciso que se diga que nós pensávamos, muitas vezes de forma ideal, que a história é linear. Só que a história não é linear, é uma senoite, onde você tem momentos de ascenso e descenso. Algumas vezes, momentos de ascensos espetaculares de direitos, avanços, e depois de retrocessos, como estamos vivendo agora. Um verdadeiro retrocesso civilizacional. O que estamos



Ivan Valente, engenheiro, professor, exerceu o cargo de presidente nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido pelo qual é deputado federal no Estado de São Paulo. Está na lista dos "100 parlamentares mais influentes do Congresso", divulgada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). É titular das Comissões de Relações Exteriores e de Educação, além de integrar a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Já em 1997, na Câmara dos Deputados, tem atuação nas áreas de educação, saúde, reforma agrária, combate à corrupção, gestão ambiental, dívida pública, habitação popular, entre outros.





vivendo nesse momento é duro, porque para nós parecia que alguma coisa tinha se consolidado, minimamente. Mesmo sabendo que essa é uma democracia burguesa, uma democracia limitada. Não se conseguiu aqui no Brasil fazer uma reforma agrária, somos o único país da América Latina, da Europa, que não fez uma reforma agrária. Você faz reforma urbana. Aí vemos os prédios do Rio de Janeiro, que desabaram, que não passaram por fiscalização, porque a milícia não deixava fazer a fiscalização. Detalhe: O miliciano é lotado no gabinete do Flávio Bolsonaro, filho do Presidente da República, está foragido, que é o Adriano Nóbrega. E temos uma vereadora do PSOL que foi assassinada por milicianos. Quer dizer, o crime chegou ao poder. Isso para nós sabemos que a situação não é fácil. E temos ainda um dos filhos do Bolsonaro, o Flávio, se não me engano que tem um projeto para reduzir a maioria penal para 12 anos. Quer dizer, eles não têm limites, nem escrúpulos, coisa que você não imaginaria há 10 anos, que chegasse ao poder. Agora temos uma interrogação enorme. Como foi possível, pelo voto, uma pessoa como essa chegar à Presidência? Pelo despreparo, pela sua formação, pela falta de projeto, de entendimento de como é a máquina pública, do que é o Congresso Nacional, no qual viveu por 28 anos. Hoje temos a predominância do ultraliberalismo de direita e também o surgimento de

movimentos, que não esperávamos atuassem com tanto ímpeto. Fortalecimento das igrejas evangélicas. Por trás de tudo isso tem a pressão econômica, a questão do recrutamento, a igreja católica perdendo espaço. Então tudo isso transita dentro do Congresso Nacional e como está a questão das correlações de força? Como aproveitamos as contradições que existem? Com a eleição desse governo foi um corte que não era esperado nem pela elite política tradicional, os velhos partidos políticos, clientelistas que habitam o congresso. O preconceito, o racismo, a misoginia, a homofobia, estavam lá, adormecidas. Então essa figura acendeu o pavio. Há latência na sociedade brasileira. Surge também diante do desespero da crise econômica, o desespero quanto a segurança pública. A relação com o capital brasileiro também favorece o atual estado de coisas. Adotou-se a política de conciliação com o capital financeiro e os bancos são os maiores conspiradores desse retrocesso. Quando vem a crise você vai ter o ressurgimento de uma classe média reacionária, moralista, outro capítulo da nossa história, e a questão do combate à corrupção. Toda vez que a direita brasileira precisou derrubar um governo, usou a corrupção para isso. A luta contra a corrupção, que deveria ser uma obrigação, se torna instrumento de ataque a direitos. Temos de fincar o pé no chão para enfrentar o inimigo. Temos espaço e estamos tensionando o tempo todo. Não podemos ceder, nem nos acovardar //

## EXPEDIENTE

**Diretoria:** Presidente - Maricler Real; Vice-presidente - Cristiane Calvo; Primeiro secretário - Adeildo Vila Nova; Segunda secretária - Fernanda Tonus; Primeira tesoureira - Susana de Souza Moraes Borges; Segunda tesoureira - Célia Laura Camillo Muchatte Trento. **Conselho Fiscal:** Jéssica de Moura Peixoto, Claudia Anaf, Miriam Vega da Silva. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Alana Beatriz Ferreira, Rodrigo Gonzales de Oliveira. **Conselho editorial:** Adeildo Vila Nova, Selma Nunes. **Redação, edição e diagramação:** Selma Nunes Comunicação Ltda-ME Jornalista responsável: Selma Nunes (Mtb 13.585/SP). **Endereço:** Rua Barão de Itapetininga, 125 - cj 21 - Centro - São Paulo CEP: 01042-001 - Tel: (11) 3256-5011 - Site: [www.aasptj.org.br](http://www.aasptj.org.br). *Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do responsável pelo boletim ou da Diretoria.*